

O curso da economia

JULIAN M. CHACEL

O desenho da política macroeconômica se faz sempre a partir de um conjunto de variáveis ou agregados coerentemente articulados e referidos a um agregado-síntese: o Produto Interno Bruto (PIB). É sempre bom lembrar que o notório e decantado PIB representa um conjunto ou fluxo de bens e serviços medido para uma unidade de tempo, e sua expressão em moeda, utilizada como unidade de conta, busca resolver um problema de agregação de quantidades físicas expressas em diferentes unidades, sejam toneladas de aço ou pulsos telefônicos.

Como agregado-síntese, o PIB é referência para o déficit ou superávit fiscal, o superávit ou déficit do balanço de pagamentos em conta corrente, a carga tributária, a taxa de investimento, a propensão média a consumir e o grau de abertura da economia ao exterior. Enfim, uma extensa lista de variáveis que, como razões, são expressas em percentagem do valor de referência.

Contudo, quando se conhecem algumas das questões de método não resolvidas que estão por trás do processo de estimativa do PIB, não deixa de surpreender como os organismos internacionais, os governos, as bolsas de valores e os meios de comunicação atribuem ao PIB e à malha de relações vinculadas ao seu valor um sentido de precisão que, indo até decimal, projeta para o público a imagem de uma construção semelhante a um cronógrafo suíço. Mal comparando, na era da navegação inercial ainda se determina o curso olhando as constelações.

Um primeiro problema metodológico diz respeito à própria medição do PIB. De pronto, existe a questão da economia subterrânea, a famosa *economia sommersa* dos italianos, que foge a uma contabilização abrangente do volume total do fluxo de bens e serviços. Como capturar no processo de medição o resultado de atividades que por definição se fazem às escondidas, à margem do Fisco, quando não, à margem da lei? Certo, sempre se pode "corrigir" o PIB estimando, com alto grau de aproximação, por meios indiretos, seja a movimentação de cheques, qual seria seu complemento representado pela economia informal. E ainda assim subsistiria por fazer um julgamento de valor. As atividades que agridem a ética e os valores de uma sociedade devem ou não ser contabilizadas para efeito de estimar o PIB?

Na perspectiva histórica, como um critério exterior para reconhecer o crescimento e o desenvolvimento econômico, a origem setorial do PIB e a força de trabalho se deslocam da agricultura e mineração, passam pela indústria de transformação até chegar a uma clara predominância dos serviços como característica das sociedades altamente desenvol-

vidas. Enquanto na agricultura e na indústria a medição se faz com base em informações objetivas, como toneladas de trigo colhidas ou número de veículos produzidos, nos serviços, por contraste considerados intangíveis, a medição é escorregadia, às vezes valendo-se de hipóteses heróicas. Se a memória não falha, no cálculo do PIB a participação do setor público é dada pelo número de funcionários, supondo-se constante a produtividade de cada um. Sendo assim, no processo de reengenharia do setor público, num primeiro momento, a contribuição do setor para a formação do PIB tenderia a fazê-lo encolher.

Para ter uma idéia da taxa de crescimento da economia de um país é preciso que o PIB seja expresso em termos reais, isto é, escoimado do fermento inflacionário. Surge aí uma segunda questão de método: o envelhecimento dos índices de preços. Essa não é uma questão puramente acadêmica.

Veja-se, para buscar uma ilustração baseada num país de taxa de inflação historicamente moderada, o caso do índice de preços ao consumidor ou CPI (*consumer price index*) dos Estados Unidos. Não sendo exatamente um índice de custo de vida, o índice de pre-

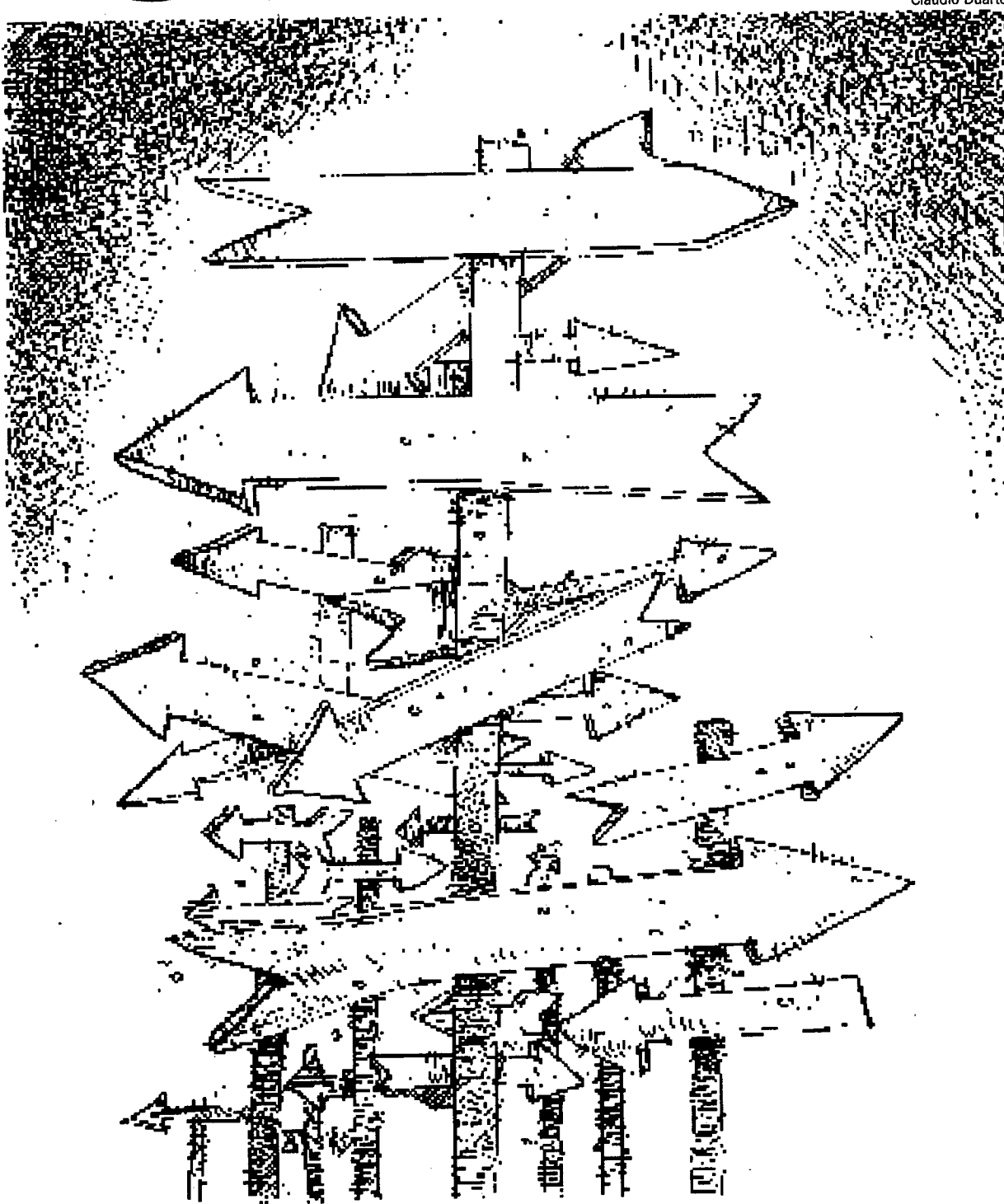
ços ao consumidor pretende medir as variações nos preços pagos pelos consumidores urbanos para um dado conjunto de mercadorias e serviços. A composição desse cesto muda a cada cinco ou dez anos, mas os hábitos de consumo mudam muito mais depressa, não só pela substituição de produtos nos orçamentos em reação a preço mais alto como pelas mudanças qualitativas (inovações) incorporadas a bens conhecidos e pelo aparecimento de produtos antes desconhecidos dos consumidores.

Em setembro do ano passado, em resposta a uma encomenda do Senado americano, foi publicado um relatório elaborado por um grupo de economistas liderado pelo professor Michael Boskin, da Universidade de Stanford. Segundo tal relatório, o CPI manifestou ao longo dos anos um viés para cima devido às causas mencionadas, além de um problema intrínseco à fórmula adotada. Embora as discrepâncias fossem mínimas a cada ano, compostas sobre um período mais longo tiveram grande impacto sobre o orçamento federal. Do lado da despesa porque um terço dos gastos federais, sobretudo com aposentadorias, está vinculado ao índice; e do lado da receita porque o índice influencia os intervalos de

classe para efeito do imposto sobre a renda. Estima-se que o aumento de um ponto de percentagem no CPI represente um gasto adicional de US\$ 6,5 bilhões, como resultado de maiores despesas e menores receitas.

Para fins de comparação internacional o PIB é traduzido em moeda estrangeira, isto é, expresso em dólares. Essa "tradução" não está isenta de controvérsia. Dependendo do procedimento quanto à taxa de câmbio, se é a taxa média de um determinado período passado ou se a conversão se faz pela paridade de poder de compra (razão entre o poder de compra interno das duas moedas) o resultado pode ter uma discrepância de mais de uma centena de bilhão de dólares, enriquecendo ou empobrecendo o país de dólares, segundo o procedimento adotado.

Outras questões de método, como desdobramento dessas agora apontadas, poderiam ser levantadas. Medir a produtividade de uma economia não é tarefa trivial. Ainda agora há todo um debate sobre tecnologia da informação e seus efeitos sobre o desempenho das atividades econômicas. Mas o espaço concedido à publicação de um artigo na imprensa diária não pode ser o mesmo de um ensaio incorporado



Cláudio Duarte

aos anais de um simpósio. A questão, não de método, mas de fundo, está em saber como fica o Brasil nesse longo relato?

Dentro do caráter altamente aproximativo das estimativas do PIB, o caso brasileiro tem a marca da precariedade. Os censos econômicos, que deveriam ser realizados a cada cinco anos e prover uma moldura (*benchmark*) para as estimativas entre dois censos, estão paralisados em 1985. Com isso, as transformações estruturais da economia, agora acentuadas com a abertura ao exterior, são apenas inferidas por verificações indiretas e projeções cujo viés não se conhece. Os índices de preços, especialmente os índices de preços ao consumidor, estão defasados no tempo, porque há muito não se faz uma pesquisa de orçamentos familiares que sirva de base para a construção destes. É também provável que os índices de preços ao produtor não tenham ainda captado as mais recentes transformações da economia.

Este texto estava praticamente pronto quando o IBGE, coincidentemente, divulgou a estimativa do PIB e o crescimento real da economia em 1995: 4,24%. Governo e sociedade transformam este valor e todos os outros a ele correlacionados em artigo de fé. O que importa é verificar que houve crescimento e que este foi, provavelmente, da ordem ou em torno de 4% sobre o ano anterior.

É bem verdade que a Fundação IBGE, fonte principal da informação estatística, está em busca do tempo perdido. Rendeu-se à evidência de que não haveriam mais recursos para levantamentos universais e tenta agora suprir a lacuna com levantamentos amostrais. Tem em curso uma ampla pesquisa de orçamentos familiares que lhe permitirá recuperar a modernidade de seu índice. Mas é preciso bem mais do que isso para melhorar a confiabilidade das variáveis que informam a configuração da política econômica. Há, fora da área de governo, por exemplo, nas associações empresariais, muita informação dispersa que poderia ser normatizada e sistematizada. Nestes tempos bíblicos de vacas magras, quando o corte de despesas governamentais incide sobre todas as formas de pesquisa, a alternativa está na busca de sinergia entre os organismos produtores de estatísticas, governamentais ou não, e os institutos de pesquisa econômica aplicada dentro e fora do Governo.

Se a finança é curta, a saída está em mobilizar recursos reais que existem mas estão desarticulados, quando não empregados numa competição predatória. Reduzindo-se a precariedade das estimativas reduz-se o grau de incerteza no desenho da política macroeconômica, por si só fadada a conviver com os embates entre Executivo e Legislativo.

JULIAN M. CHACEL é economista e consultor.